

INFORME-SE

- Notícias do Setor
- ABTTC na Mídia
- ABTTC News
- Artigos
- Agenda
- Galeria de Fotos
- Informações Úteis
- Legislação

NOTÍCIAS DO SETOR

Entrada de Santos ainda sem definição

22/03/2018 - Jornal A Tribuna

Tweeter

Curtir 1

G+

Quinta-feira 22
março de 2018A TRIBUNA
www.atribuna.com.br

Cidades A-7

Entrada de Santos ainda sem definição

Após reuniões, obras não saem do papel

GAUDÍCIO
"É frustrante. Daqui a pouco vai acontecer outro sinistro como o incêndio nos tanques de produtos químicos da Almoa e vai ficar um olho para a cara do outro, com cara de paisagem". O desabafo do presidente do Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp) e membro do Conselho de Autoridade Portuária (CAP), João Almeida, lembrando o incêndio da Ultra-cargo em abril de 2015 e cobrando novas alças de acesso previstas no projeto da obra da entrada de Santos.

Ele está insatisfeito porque participou ontem de uma quarta reunião sobre os próximos passos para a obra e saiu de lá sem datas, apesar das várias entidades presentes.

Uma reunião ocorreu na sede da Dersa, em São Paulo, com a presença de membros do CAP, Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp), Ecovias, Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), Conselho de Administração da

Codesp (Consad), Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Sindicato das Empresas de Transporte Comercial de Carga do Litoral Paulista (Sindsan), Associação dos empresários da Almoa (AMA), Associação Brasileira dos Terminais Retroportuários e das Transportadoras de Contêineres (ABTTC) e Associação Comercial de Santos (ACS).

A imprensa foi convidada a se retirar da reunião e, no fim, só João Almeida deu entrevista e resumiu: "É comum a gente conversar sobre os perigos da entrada da Cidade, do gargalo. A gente já teve o exemplo do grande sinistro que em todas as reuniões a gente fala, mas a frustração é que todo mundo sabe onde está a solução, mas o problema não consegue ser solucionado", disse ele, lembrando que o projeto para melhorar a entrada de Santos no trânsito, acesso ao Porto e aos turistas é de 2012.

Segundo Almeida, a Prefeitura está fazendo a sua parte com relação ao projeto, apesar da



Uma cena corriqueira se repete no início do mês: após chover forte, a Av. N.S. de Fátima ficou alagada

espera para a licitação das obras. Já o Governo do Estado teria cumprido seu papel quanto à documentação necessária. A União anunciou avanços, mas ainda não agiu e restaria à Ecovias executar parte da obra. Ainda conforme Almeida, a concessionária do Sistema Anchieta-Imigrantes ainda não assinou com o Estado um contrato de repactuação contratual. Precisar-se-ia ter segurança jurídica antes de iniciar a obra que duraria cerca de 36 meses.

Perguntado se iria falar a respeito, a Dersa informou que atendeu a solicitação do CAP para realizar a reunião na sede da companhia, encontro esse considerado "muito produtivo e esclarecedor", citou a estatal.

A Dersa informou o que foi conversado (veja ao lado), ressaltando que a única intervenção sem definição é da parte do Governo Federal. A Ecovias foi procurada e não quis se pronunciar.

A TRIBUNA NÃO ESQUECE

29 de setembro de 2017

A Tribuna mostrou no ano passado que a Ecovias só espera

avaliar o projeto do Estado para iniciar as obras da entrada de Santos. A matéria citou que após ter o sinal verde do Palácio dos Bandeirantes, a empresa faria a obra, cujo investimento previsto é de cerca de R\$ 250 milhões. Na época, a reportagem explicou que o início das intervenções dependia da assinatura do convênio, e que o prazo máximo estimado de execução da obra seria de 36 meses, por causa da complexidade das ações e por envolver uma área muito extensa. O diretor superintendente da Ecovias, Rui Klein, foi quem fez as afirmações na época e também quem esteve ontem na reunião, na Dersa, em São Paulo.

DESTAQUE DO DIA

Ecovias espera aval do Estado para obras



O trabalho já destacado a Área Continental



INFORMAÇÕES

Intervenções da Prefeitura

Foram concluídos e entregues em outubro de 2017 os projetos executivos das intervenções, não restando documentos pendentes. As obras por parte da Prefeitura são a interligação em desnível da Avenida Nossa Senhora de Fátima à Via Anchieta; interligação da Marginal Sul da Via Anchieta com a Rua Júlia Ferreira de Carvalho, via nova ponte sobre o Rio São Jorge.

Sob responsabilidade do Estado

Os projetos executivos estão concluídos, já a Artesp apenas aguarda uma decisão do Tribunal de Contas do Estado sob o modelo a ser utilizado em repactuações contratuais para incluir as obras no contrato de concessão do Sistema Anchieta-Imigrantes (Ecovias). As intervenções sob responsabilidade do Estado são: redefinição da Pista Sul da Via Anchieta, com interligação das vias marginais sob novo viaduto no km 65 da Pista Sul; novo viaduto de conexão das marginais da Via Anchieta na altura do Bairro Piratininga e nova alça de saída do Viaduto Augusto Scaraboto sentido Planalto.

Do Governo Federal

Ficou sob responsabilidade da União, por parte da Codesp, a interligação da Via Anchieta à Avenida Perimetral da Margem Direita. No dia 3 de fevereiro o Ministro dos Transportes, Mauricio Quintela, anunciou em evento realizado em Santos que o projeto executivo desta intervenção seria contratado pela Codesp, em até 45 dias. No entanto, esse prazo expirou e não houve manifestação para a contratação.

Fonte: Dersa, com base no material produzido ontem, no Capital.

Gaema acusa Poder Público de omissão

GUSTAVO T. DE MIRANDA

III Nove meses depois de ter instaurado um inquérito cobrando medidas contra as enchentes na entrada de Santos, a promotora Almachia Zwarg Acerbi, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente (Gaema) na Baixada Santista, critica a demora nas obras e acusa o Poder Público de ser omissivo, apesar de admitir que as soluções "demandam prazo", pois dependem de "processos burocráticos".

O inquérito foi instaurado em junho de 2017. Desde então, reuniões sistemáticas vêm sendo feitas com técnicos da Prefeitura de Santos, da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), além de mora-

dores da Zona Noroeste, que é a área mais afetada pelos alagamentos, como o que aconteceu no último dia 7 de março.

"Tivemos diversas reuniões na busca que seja tudo resolvido da melhor forma possível. Se não chegar a esse acordo, o Ministério Público vai alçar ações", argumenta Almachia.

De acordo com informações da promotora, o inquérito não é para ser resolvido rapidamente porque não é da noite para o dia que todas as intervenções serão feitas. "Graças ao inquérito, várias obras paliativas estão sendo realizadas, com o MP sempre recomendando e determinando a realização dessas obras", opina. O problema é que algumas

REUNIÃO

Na última 3ª-feira, o Gaema organizou outro encontro para discutir o impacto nas obras na entrada de Santos. Segundo a promotora Almachia Zwarg Acerbi, depois de mais de 4h de discussão, chegou-se ao seguinte acordo: "É interesse de todos a realização do projeto Nova Entrada do Porto, que é um estudo da Codesp (Companhia Docas do Estado de São Paulo). É um projeto que vai beneficiar a todos".

obras de macrodrenagem necessitam de valores que não estão ainda no orçamento municipal. "Necessitam de finan-

ciamentos. Todas essas obras estavam diagnosticadas naquele Projeto Santos Novos Tempos. Ele tinha um financiamento pelo BID e a Prefeitura tinha dinheiro para fazer todas essas obras. Agora, a Cidade perdeu esse dinheiro", resume.

"Há uma omissão da Prefeitura. Existe um problema grave de ter perdido um dinheiro, tem os projetos diagnosticados e não tem dinheiro para todos. Depende de um esforço para que as medidas mínimas sejam realizadas", critica.

COLABORAÇÃO

Apesar de acusar a Prefeitura de omissão, a promotora também tem chamado outros órgãos a participar das discussões.

"Algumas obras, o MP entende que podemos buscar a responsabilidade de outros atores, como a Codesp e a MRS. Pois há uma ferrovia que, para operar, no meu entender, precisa facilitar a drenagem da água debaixo da rodovia. Essa obra nessa passagem, por exemplo, seria responsabilidade da MRS", explica Almachia.

A MRS caberia, por exemplo, ampliar a rede de drenagem que leva a água das chuvas para o Rio Lenhóis. Enquanto a ferrovia operada pela empresa há uma tubulação que não daria conta de dar vazão às águas — o que contribuiria para os alagamentos na Avenida Martins Fontes, na altura do Instituto Médico Legal (IML).

Depois, essas águas precisariam chegar até o mar, passando por uma tubulação instalada em área de domínio da Codesp, na Avenida Augusto Ba-

rata. "O MP quer que as obras sejam realizadas, mas em nenhum momento a gente tira a responsabilidade da Prefeitura em inúmeros erros. Não é só esse prefeito (Paulo Alexandre Barbosa, PSDB). Tem de anos na omissão. Se o prefeito resolve esse problema, ele mereceria ganhar um bônus", diz.

Almachia espera que as empresas e a Prefeitura assinem Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Gaema. "Se tudo der certo, vai gerar um TAC. O inquérito só termina com o arquivamento, um TAC e uma ação civil pública. O arquivamento é impossível neste momento. Ou um TAC ou uma Ação Civil Pública. Desejo do fundo do meu coração que seja assinado um TAC, que é a solução menos prejudicial para a população", comenta.

Prefeitura alega que busca solução

III Por meio de nota, a Prefeitura de Santos afirmou que "a atual Administração Municipal trabalha intensamente para solução do problema". Cita ter corrigido erros de projeto, elaborado outros, obtido financiamento e licenciamento ambientais para "iniciar as obras em breve".

O mesmo texto explica que "serão investidos em breve cerca de R\$ 15 milhões em obras de drenagem e proteção de áreas de rio" e cerca de R\$ 24 milhões de obras de macrodrenagem e drenagens das Avenidas Nossa Senhora de Fátima e Martins Fontes.

Por fim, afirma que "as ações do Ministério Público são necessárias para que as etapas de obras dos outros entes, Estado e União, que foram cobradas pela Prefeitura para executarem as

obras de drenagem dentro de suas áreas, sejam feitas em conjunto com as obras da Prefeitura".

MRS

Per e-mail, a MRS criticou a infraestrutura dos municípios. "Estamos lidando com uma deficiência de drenagem de toda a região, uma questão de infraestrutura pública, e não da estrutura ferroviária". Para a empresa, resolver a questão da drenagem na área da ferrovia "é um caso de alta complexidade, que exige uma solução completa, isto é, intervenções pontuais não irão sanar o problema para a população. As estruturas que passam sob a ferrovia são apenas uma pequena parte do total de adequações necessárias".

Ainda segundo a companhia, foi solicitado um estudo

mais aprofundado de impactos na região, bem como um desenho dos diversos atores e entidades direta ou indiretamente envolvidos. "Temos retornar dentro do prazo de um mês", cita a MRS.

A Reportagem tentou con-

tatar a Codesp no fim da tarde de ontem, mas não conseguiu. Em matéria publicada por *A Tribuna* no último dia 9, a estatal citou que "os alagamentos na entrada de Santos serão solucionados com a realização da macrodrenagem contemplada no projeto Santos Novos Tempos, de responsabilidade da Prefeitura. Nenhuma parte dessa obra compete à Codesp".

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão nº 08/2017 - UASG 160498
Nº Processo: 6486.01896/2017-37. Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de Material Esportivo, visando atender às necessidades do 2º DE, e digitais para quantos. Taxa de taxa Licitação: R\$ 60,00 de 20/03/2018 às 12:00 e de 14h às 19:00. Endereço: Av. Antônio Lemos, 375 - Jardim Gaúcho - SÃO VICENTE - SP. Horário das Propostas: a partir de 21/03/2018 às 10:00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 03/04/2018 às 09:30 no site www.comprasnet.gov.br.
VINÍCIUS LARIBUNA RODRIGUES - Ten Cel
Ordernador de Despesas

AVISO DE LICITAÇÃO
Licitação Eletrônica
A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura do Porto de Santos comunica a realização de Licitação Eletrônica para Pessoas Físicas e Jurídicas nos termos do Edital nº 081780000003/2018.
Modalidades: eletrônicas, quílicas, verbais, informática, bebidas, acessórios, verbais e outras.
Período de Apresentação das Propostas: de 2 de abril de 2018 às 16h até 9 de abril de 2018 às 16h.
Data de realização da Sessão Pública para Lançar: dia 10 de abril de 2018 a partir das 9:30h.
Endereço: www.portal.fazenda.gov.br, acesso ao Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte (e-CAC) opção de atendimento "Sistema de Licitação Eletrônica".
Clientes: Pessoas Físicas inscritas no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF e Jurídicas regularmente constituídas inscritas no Cadastro Nacional de Empresas Inscrições - CNPJ, portadoras de certificado digital válido, de acordo com o item 4 (questão) do Edital.
Condições de Pagamento: o pagamento deverá ser feito conforme item 9.1 do Edital, ou seja, integralmente até o primeiro dia útil subsequente à data de adjudicação, ou 20% até o primeiro dia útil subsequente à data de adjudicação e os 80% restantes no prazo de oito dias seguintes, contados de data de adjudicação.
Informações: Atendimento da RFB do Porto de Santos, Praça da República s/nº, Centro, Santos/SP, 3º andar, Ala 17, Grupo de Modalidades Apêndices - CILSAPM pelo correio eletrônico: licitacao@portosantos.gov.br
Edital: Disponível para consulta no endereço acima e acesso pela internet no endereço: www.portal.fazenda.gov.br
Santos, 21 de março de 2018
Fátima Felipa Teixeira
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Portaria Nº 178, de 22 de dezembro de 2017